

Adesão democrática, confiança institucional e posicionamento ideológico: parlamentares brasileiros e uruguaios em foco (2000-2010)

Ellen da Silva
Jaqueline da Silva Borges

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar os valores políticos das elites legislativas do Brasil e do Uruguai entre 2000 e 2010. Nossa hipótese é que a percepção desses indivíduos sobre a democracia se relaciona com a sua localização no espectro ideológico. A partir dos dados coletados pelo Observatório de Elites Parlamentares da América Latina, ligado ao Observatório de Instituições Representativas da Universidade de Salamanca, e da análise através do *Statistical Package for the Social Sciences*-SPSS, os resultados mostraram que nos dois países a maioria dos parlamentares avalia a democracia positivamente na sua dimensão normativa, mas não o fazem na mesma intensidade quando o que está em questão é a sua dimensão institucional. A hipótese foi confirmada parcialmente, uma vez que há diferenças significativas na confiança institucional dependendo da ideologia do respondente.

Palavras-chave: elites parlamentares; valores democráticos; ideologia; América Latina; confiança em instituições.

Abstract

This article aims to do an analysis of the political values of Brazilian and Uruguayan legislative elites in the period of 2000-2010. Our hypothesis is that their perception of democracy is related to their position in an “ideological spectrum”. From the data collected by the Observatory of Parliamentary Elites of Latin America, which is part of the Observatory of Representative Institutions of University of Salamanca, and the data analysis we used from the *Statistical Package for the Social Sciences*-SPSS, the results presented that in both countries most parliamentarians evaluate democracy

Sobre as autoras

Ellen da Silva é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: ellensilva1990@gmail.com

Jaqueline da Silva Borges é mestranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: aquelineborges06@gmail.com

positively in its normative dimension. However, they do not do so with the same intensity when it comes to democracy's practical dimension. Our hypothesis was partially confirmed since there are significant differences on the institutional confidence depending on the ideology of the respondent.

Keywords: parliamentary elites; democratic values; ideology; Latin America; confidence in institutions.

Artigo recebido em 21 de janeiro de 2014; aceito para publicação em 10 de junho de 2014.

Introdução

Entre o Brasil e Uruguai, apesar de inúmeras diferenças socioculturais, podemos encontrar muitas similaridades que, segundo o trabalho de Marengo e Serna (2007), estão no âmbito político, como o aumento da competição eleitoral e a ascensão de partidos e coalizões de esquerda; os sistemas multipartidários com alternância das forças políticas nos postos de governo; a existência de uma continuidade na institucionalização das normas da participação da população e também da competição política instaurada pós-ditaduras; a atuação dos partidos como mediadores dos diversos interesses presentes na sociedade; e, por último, a importância das diferenças ideológicas para a estruturação e posicionamentos dos partidos.

Partindo desses elementos, pareceu-nos importante investigar quais são os valores democráticos dos parlamentares dos dois países no período entre 2000-2010 e testar se os valores democráticos desses parlamentares são relacionados a sua localização no espectro ideológico. Tendo em vista tais objetivos, pareceu-nos que a percepção desses indivíduos sobre a democracia se relaciona com a sua localização no espectro ideológico.

Para que seja testada tal hipótese utilizamos os dados do Observatório de Elites Parlamentares da América Latina, que está vinculado ao Observatório de Instituições Representativas da Universidade de Salamanca. Tais informações estavam divididas em quatro bancos de dados (um para cada legislatura no Brasil e no Uruguai), que, neste estudo, foram agregadas em um único banco e analisadas através do Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*).

Este estudo comparado sobre o modo como as Elites Legislativas do Brasil e do Uruguai encaram a democracia, no período entre

2000-2010, segue a seguinte estrutura: em um primeiro momento haverá uma sessão dedicada aos referenciais teóricos. Em seguida, apresentaremos a metodologia e, por fim, na última sessão, apresentaremos os nossos objetivos geral e específico: os valores democráticos que têm os Parlamentares de cada país, testando se a posição ideológica em que o partido do parlamentar está pode ser uma variável explicativa.

I. Referenciais teóricos

I.1. Valores democráticos

A discussão proposta neste trabalho é parte de um dos embates teóricos mais fecundos da Ciência Política quando esta se propõe a explicar a relação dos indivíduos com o regime democrático: o embate dos institucionalistas e neoinstitucionalistas em oposição aos culturalistas. A primeira corrente teórica é uma tradição mais objetivista e dá maior atenção aos aspectos formais. A segunda parte de um pressuposto mais subjetivista com ênfase na cultura política da população ou do país/região estudada, tendo como argumento central que nenhuma instituição política funciona adequadamente se não houver, no âmbito da sociedade, uma cultura política compatível.

Em linhas gerais, a tradição institucional se propõe a analisar os processos de consolidação democrática a partir de dados de eleições, de competitividade entre partidos, indicadores sobre instituições políticas e relações entre os poderes. O enfoque está na eficácia das instituições em relação aos fins. Supõe-se que a adesão ao regime político se dá com base em um cálculo de custo x benefício, baseado no desempenho das instituições. Sendo assim, indicadores como a confiança e/ou o apoio ao regime não é resultado de determinado tipo de cultura política, mas sim do funcionamento das Instituições (Coleman, 1990; North, 1990; Hetherington, 1998; Norris, 1999; Braithwaite e Levi, 1998 apud Moisés, 2010).

Defende-se que a cultura política seria mais um reflexo do que causa da estabilidade institucional. Sendo assim, a chave de compreensão de um fenômeno, como o desenvolvimento democrático, deve ter sua perspectiva voltada para o desenho institucional. Um

aparato institucional longo prazo garante meios para que se estabeleçam atitudes de cultura cívica, na medida em que estas seriam respostas racionais e culturais relacionados ao contexto em que se situam (Muller e Selligson apud Rennó, 2001).

Para exemplificar, dois autores que podemos enquadrar como parte dessa tradição que valoriza as instituições são Anthony Downs (1999) e Mancur Olson (1999). Aquele possui estudos referentes a governo, partidos de oposição, eleitores e a forma racional em que atuam com o objetivo de maximizar seus objetivos, e este tem uma temática da ação coletiva e os cálculos racionais que os agentes realizam para decidir o custo/benefício de sua participação.

Uma das principais críticas a essa tradição é o questionamento sobre os atores políticos a frente das instituições. De fato, eles tomam decisões a partir da posição já estabelecida que ocupam na instituição, mas, concomitantemente, fazem escolhas sobre estas mesmas instituições, o que acessam para fazer tais escolhas? Provavelmente sua cultura política. Sendo assim, as instituições não deveriam ser vistas apenas como variáveis independentes, mas também como variáveis que estão sob influências de outros fatores externos, tais como os valores democráticos.

Os culturalistas, por sua vez, têm como objeto de análise as crenças, os valores e as atitudes políticas das pessoas enquanto membros de uma comunidade política. A ideia central, presente na maior parte dos autores, é que existem orientações democráticas que se formam (ou não) durante o processo de socialização interagindo com a experiência política dos agentes e influenciando na consolidação e estabilidade do regime político vigente. Essas “orientações” teriam permanência no tempo, mas mesmo assim as mudanças ocorreriam, uma vez que pode haver transformações geracionais ou ainda econômicas e sociais que influenciem os valores políticos.

Os autores clássicos dessa vertente teórica Almond e Verba (1963), como apontam Avi, Martins e Borges (2012), analisam o processo democrático, tendo como questão fundamental a necessidade de uma cultura política “desenvolvida”. Em análise aos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália e México os autores criaram uma tipologia que contempla três tipos de cultura cívica (paroquial, súdita, e participante). Outro autor que tem destaque nessa tradição teórica Inglehart (1989), posterior aos primeiros, analisou a relação entre desenvolvimento econômico, cultura política e

sustentação da democracia. Em linhas gerais este autor conclui que para uma democracia ser estável ela depende de uma forte relação entre fatores econômicos e também os políticos e culturais, sendo os últimos fundamentais para o aumento das oportunidades referentes à democracia.

Considerar as crenças e valores¹ variáveis explicativas foi um posicionamento teórico também altamente criticado. Um dos pontos criticados foi que essa perspectiva geraria de certa forma um imobilismo ao propor que são necessários certos “valores prévios” para uma democracia se consolidar, sendo assim quem não os tivesse provavelmente encontraria grandes dificuldades para consolidar um Regime Democrático. Outra crítica relevante, dirigida especificamente ao clássico “The Civic Culture” de Almond e Verba (1963), foi a de que eles tomavam como modelo, ou como ponto de chegada, a democracia norte-americana e britânica.

Exatamente em razão da riqueza e fecundidade desse debate, no presente trabalho não iremos tratar essas duas correntes teóricas como antagônicas. À luz da contribuição de Moisés (2010), partiremos do pressuposto de que tanto a tradição da cultura política quanto a tradição institucionalista têm elementos relevantes na hora de analisar a relação dos agentes com o regime democrático:

A ideia é que tanto a tradição da cultura política como aquela que valoriza o formato e o desempenho das instituições influem no modo como os cidadãos se relacionam com o regime democrático. As orientações formadas durante processos originários de socialização, embora importantes para definir tendências atitudinais de longo prazo, interagem, mesclando-se de forma não linear com o julgamento político decorrente da experiência dos cidadãos com as instituições (Moisés, 2010, p. 88).

1. Uma crítica que não abordamos, mas que também é comum aos estudos de valores e crenças políticas, é saber se de fato eles influenciam a ação do agente. Um dos principais teóricos da democracia, Robert A. Dahl defende a relevância desses estudos: “Ao que me é dado saber, nenhuma pessoa ponderada nega a relevância das crenças para a ação. As crenças guiam a ação não só porque influenciam ou dão corpo aos valores e metas mais distantes de alguém (...) mas também por que as crenças estruturam nossos pressupostos sobre a realidade, sobre o caráter do passado e do presente, nossas expectativas sobre o futuro, nossa compreensão dos “comos” e “porquês” da ação, em suma, nosso conhecimento” (Dahl, 2012, p. 128).

Em outras palavras, não tomamos como ponto de partida uma corrente teórica em detrimento da outra. Têm-se como pressuposto que as normas, princípios e valores enraizados na cultura política vêm a impactar na arquitetura das instituições, enquanto estas, por sua vez, refletem nos valores dos indivíduos.

Do ponto de vista operacional, essa escolha teórica torna de fundamental importância a análise da confiança política que os agentes depositam no regime democrático. Dahl (2012) já destacava o quanto é imprescindível que exista confiança para que a poliarquia funcione. Este autor (2012, p. 146) salienta que todos os governos falham, sendo assim, através da socialização é possível ter “expectativas confiantes” que, em períodos de adversidade, funcionam como um reservatório de confiança e, por conseguinte, de legitimidade. Em consonância com esse raciocínio, há a ideia de que a confiança pode funcionar como um “capital de governança”, isto é, um facilitador no processo de aceitação de decisões difíceis que exigem apoio público para serem exitosas (Bratton, Chu, Lagos e Rose 2005 apud Moisés, 2010).

A confiança tem vínculo com a experiência do agente. Em primeiro lugar, aprendemos os significados dos fenômenos de acordo com a cultura política em que estamos inseridos, mas são as experiências com essas mesmas instituições que vão gerar ou inibir a confiança. Nesse processo, pode até ser que em um primeiro momento as pessoas confundam seu apoio à instituição com o de uma gestão específica, mas paulatinamente, com a consolidação da instituição e a naturalização de suas funções normativas, vai se fortalecendo uma determinada percepção sobre ela.

A relação entre confiança política e o regime democrático é tema de pesquisas empíricas desde 1948 em nações como Estados Unidos e Alemanha. Tendo como tema geral o “apoio político”, as pesquisas gozaram de amplo reconhecimento, mas foram criticadas porque em sua análise não reconheciam que o fenômeno do apoio político é multidimensional e, em razão disso, não dissociavam duas diferentes dimensões da questão: a) a da legitimidade e b) a da efetividade.

A dimensão da legitimidade, mais normativa, refere-se ao apego à democracia enquanto um ideal. Já a efetividade diz respeito à dimensão mais prática, que envolve a satisfação com o regime, a avaliação institucional e a confiança nas instituições. A discussão dessas duas esferas da relação dos cidadãos com o regime levou a

um aprimoramento nos instrumentos de mensuração do fenômeno, percebendo-o em sua natureza multidimensional.

Como aponta a leitura de Margalli (2008), um dos aprimoramentos veio de Norris (Norris, 2005 apud Margalli, 2008), que a partir da contribuição de David Easton sobre apoio político difuso e específico, refinou quais seriam as dimensões do apoio político: 1) A comunidade política (Nação); 2) Os princípios do regime político; 3) O funcionamento do regime político; 4) As instituições políticas; e 5) Os atores políticos. Essas cinco dimensões podem ser vistas como um indicador de apoio difuso e específico, no qual o número um significaria o apoio difuso, que se focaliza em dimensões como o Estado-Nação, e o cinco significaria um apoio concreto a um ator político relevante no contexto em questão (Margalli, 2008).

Uma vez incorporada essa perspectiva multidimensional na relação dos agentes com o regime democrático, foi possível aferir que a adesão à democracia como um valor é um fenômeno generalizado, quer seja pela força simbólica que carrega ou pela cultura política. No entanto,

Ao mesmo tempo, a maior parte dos cidadãos que prefere esse regime às suas alternativas revela que, quando se trata das instituições democráticas e de governos específicos, sua atitude mais comum é de desconfiança, o que sugere que existe uma distância crítica entre o ideal e a prática da democracia na percepção das pessoas comuns (Inglehart e Wezel, 2005; Shin, 2005 apud Moisés 2010, p. 45).

O distanciamento identificado por Moisés (2010) entre a esfera da legitimidade e da efetividade pode ser generalizada para a América Latina, uma vez que diversas pesquisas com a opinião pública da região têm evidenciado, por um lado, um crescente apego à democracia enquanto valor e, concomitantemente, uma baixa satisfação com o funcionamento do regime nos contextos nacionais (Moisés, 2005; Norris, 1999; Lagos, 2000; Gunther e Montero, 2003 apud Martins e Borges, 2013).

1.2. Ideologia

Uma vez justificada a relevância de estudar os valores democráticos, tanto na dimensão normativa quanto na dimensão prática do regime, cabe embasar teoricamente nossa hipótese de que os valores

dos parlamentares podem ser relacionados com a ideologia de seus partidos.

Nossa inspiração resulta do trabalho de Marengo e Serna (2007), cuja hipótese central é que as diferenças observadas nos padrões de carreira política e de perfil social dos parlamentares de Brasil, Uruguai e Chile poderiam ser explicadas de acordo com a legenda partidária. Os autores agruparam os partidos dos três países em três categorias: mais conservadores/direita, centro e esquerda e confirmaram a hipótese, ao encontrarem um tipo ideal de recrutamento mais recorrente em partidos tradicionais e outro para partidos de esquerda.

Nos partidos da primeira categoria, havia mais parlamentares com profissões universitárias liberais e também uma presença relevante de agentes do mundo empresarial, atributos que levaram os autores a categorizar o padrão das carreiras desses partidos como “mais elitista do ponto de vista do status social e profissional” (Marengo e Serna, 2007, p. 107). Já nos partidos de esquerda, foi mais comum encontrar profissões da área de ciências humanas, professores e funcionários públicos, com destaque também para trabalhadores assalariados. No que concerne à carreira política, foi mais comum encontrar entre os partidos de direita carreiras ancoradas em capitais sociais individuais. Já entre os de esquerda, foi mais comum encontrar carreiras que se apoiam em recursos mais coletivos.

Como veremos na sessão a seguir, o caminho para a democracia de Brasil e Uruguai foi predominantemente distinto. No entanto, Marengo e Serna (2007) apontam que recentemente, com a instauração de uma democracia plena nos dois países, podem-se observar diversas semelhanças entre as duas nações, dentre elas a consolidação de um sistema multipartidário com alternância das forças políticas nos postos de governo, a atuação dos partidos como mediadores dos diversos interesses presentes na sociedade, continuidade na institucionalização das normas da participação da população e também da competição política instaurada pós-ditaduras e, em especial, um aumento da competição eleitoral e a ascensão de partidos e coalizões de esquerda. Tendo em vista todos esses elementos, os autores defendem que as diferenças ideológicas (esquerda e direita) são importantes para ambos os países.

Especificamente no que se refere aos valores democráticos, temos o trabalho de Perissinotto e Braunert (2006), que também tem como foco os valores políticos, com destaque à variável ideologia cuja principal diferença é o estudo das elites parlamentares no âmbito estadual (1995-2002). Tais autores lançaram situações hipotéticas em que seria aceitável o fim da democracia (tais como ameaça generalizada à propriedade privada, ameaça generalizada aos valores morais e religiosos da sociedade, descontrole da corrupção e ameaça ao estado pelo crime organizado) e compararam se as respostas variavam dependendo da localização do parlamentar no espectro ideológico. O objetivo do trabalho desses autores era responder à pergunta: “Ser de direita ou de esquerda importa?”

Tais autores encontraram que os entrevistados não se diferenciavam no que se referia ao tipo de democracia que defendiam, mas havia diferença na intensidade em que os parlamentares de direita e de esquerda se propunham a defender o Regime Democrático perante ameaças. A interpretação proposta é que parlamentares de direita tendem a aderir mais à democracia quando os valores tais como os da propriedade privada e os religiosos não são atacados. Perissinotto e Braunert (2006) ressaltam, no entanto, que esses valores supracitados usualmente são associados à direita pela literatura. Sendo assim, para captar realmente se existe maior ou menor apego à democracia dependendo da ideologia do parlamentar, seria necessário incluir na formulação da questão alguns valores que são considerados “caros” à esquerda.

Já no Uruguai, em consonância com a importância atribuída à ideologia por Marengo e Serna (2007), Selios (2006, p. 66) aponta que a relação entre ideologia e valores, especificamente, tem se demonstrado fecunda atualmente:

O peso da distinção ideológica pode ou não haver estado presente na cidadania antes do aparecimento deste terceiro ator partidário². Mas a partir das pesquisas sistemáticas de opinião pública no Uruguai todos os trabalhos encontram uma relação consistente entre a autoidentificação ideológica da pessoa e alguns valores, percepções e cognições sobre determinados temas.

2. Selios (2006) está se referindo ao partido *Frente Amplio*.

Em consonância com a afirmação da relevância da variável ideologia no contexto uruguaio, Moreira (2009) dedica-se, em partes de seu estudo sobre as esquerdas do Uruguai e da América Latina, a comparar se a carreira e os valores de elites políticas (parlamentares, sindicalistas, presidentes) de esquerda são diferentes da média dos outros. Tal autora faz uma série de cruzamentos com dados de duas fontes: a) Os estudos 35, 42, 47, 50, 51 e 54, disponibilizadas pelo Observatório de Elites Parlamentares da América Latina (ELITES) e b) pesquisa permanente com elites realizada pelo Instituto de Ciência Política - ICP, da Faculdade de Ciências Sociais - FCS da Universidade da República - UDELAR.

Tal autora cita uma pesquisa de 1994 na qual testava uma proposição de Norberto Bobbio afirmando que se em uma situação hipotética as pessoas tivessem que escolher a liberdade ou a igualdade a resposta teria a ver com a ideologia do respondente, sendo os de esquerda mais afeitos à igualdade e os de direita à liberdade. O resultado foi que 77,8% dos que se localizavam à direita escolheram a liberdade, e somente 22,2% a igualdade. Dentre os de esquerda os percentuais foram 49,3% e 50,7% respectivamente. No período compreendido entre 2001-2007, tal autora analisou além dos parlamentares, os empresários, os sindicalistas e os governantes e encontrou que as preferências pela igualdade são maiores entre os sindicalistas e aumentam entre os governantes quando o *Frente Amplio*, partido de esquerda, ascende ao poder. Dentre os empresários, as preferências são para a liberdade (Moreira, 2009, p. 142).

Quando questionados a respeito do que prefeririam entre os dois extremos Estado (1) e Mercado (5), em uma escala de 1 a 5, os parlamentares de esquerda seguiram a tendência de concentrar boa parte das respostas na categoria intermediária (40,4% dos Parlamentares de esquerda e 44,3% dos Parlamentares em geral). No entanto, ao analisarmos as outras categorias perceberemos que as diferenças de percentual são interessantes: a categoria “pró-mercado” (5) foi escolhida por 21,8% dos respondentes que não são de esquerda e por 4,3% dos de esquerda. A principal diferença veio na categoria “a favor do estatismo”, indicada como a favorita de 28,2% dos parlamentares em geral e por 46,8% dos de esquerda (a maioria). Na categoria extrema “estatismo puro” (1), 3,4% dos respondentes em geral e de 6,4 dentre os de esquerda.

Com a contribuição dos trabalhos supracitados, pareceu-nos relevante testar se a posição ideológica é uma variável independente dos valores democráticos das elites para o período em análise.

2. Métodos

Dahl (2012) afirma que a condição para que um regime poliárquico se efetive é necessário que a maioria acredite na sua relevância. Dentre essas pessoas, a classe política³ tem fundamental importância, uma vez que existe uma tendência maior que esta possua um sistema de crenças políticas mais complexas do que a média dos cidadãos, por conhecer mais da vida política e também por desfrutar de uma posição em que pode influenciar diretamente os acontecimentos políticos, até mesmo em mudanças mais estruturais como a transformação de um regime⁴.

Sendo assim, no presente trabalho temos como objeto a Elite Parlamentar do Brasil e do Uruguai. Os agentes foram denominados como elites através do método posicional, proposto pelo sociólogo Wright Mills (1985), o qual defende que a base da formação de uma elite está nos recursos institucionais que seus membros controlam.

A relevância do estudo cresce ao constatarmos que a maioria dos trabalhos que têm como foco a cultura política analisam os valores da população em geral⁵ e não os dos responsáveis em tomar as decisões. Perissinotto e Braunert (2006) salientam, ainda, que os estudos de cultura política com populações nacionais geralmente pressupõem uma coerência interna e uma estabilidade que não se encontram na realidade. Neste sentido, ao se tomar elites políticas

3. Tal autor denomina de ativistas políticos, o que incluiria “ativistas, militantes e, em particular, daquelas com maior poder manifesto ou implícito, real ou potencial, os líderes ou líderes em potencial” (Dahl, 2012, p. 129).
4. O foco nos valores da classe política de maneira alguma quer dizer que os valores dos demais cidadãos sejam desimportantes, mas sim que um tratamento analítico mais consistente pode ser feito ao analisarmos os valores de pessoas que estão mais envolvidas na política institucional.
5. Além do trabalho de Dahl (2012) que defende a relevância de estudar cultura política de elites temos também os trabalhos de Converse, 1964; Lijphart, 1980, p. 50; Verba, 1980, p. 404. (Perissinotto, Braunert, 2006, p. 115).

como objeto, parte-se do pressuposto de que há uma divisão básica no interior da cultura política de uma nação.

Nossos dados são provenientes do Observatório de Elites Parlamentares da América Latina (Elites), que está vinculado ao Observatório de Instituições Representativas (OIR) do Instituto de Iberoamerica da Universidade de Salamanca, um centro de informação e difusão cujo objetivo é aprofundar o conhecimento sobre os valores das elites parlamentares latino-americanas a fim de avaliar a qualidade dos regimes democráticos na região.

Apesar de as coletas terem começado nos anos 1990, no Brasil os trabalhos se iniciaram nos anos 2000. Por essa razão, o período estudado em nossa análise é o compreendido entre 2000 e 2010, representando duas legislaturas do Brasil (Banco de Dados 55: 2003-2006 e Banco de Dados 75: 2007-2010) e duas legislaturas do Uruguai (Banco de Dados 33: 2000-2005 e Banco de Dados 54: 2005-2010), levando em conta que o mandato tem um ano a mais no Uruguai.

Os entrevistados foram escolhidos de forma aleatória a partir de uma amostra feita com base na representação dos Partidos na Câmara em cada uma das quatro legislaturas. No Brasil, temos 263 casos: na legislatura de 2002-2006 foram entrevistados 134 parlamentares (26,1% da Câmara dos Deputados) e na legislatura de 2007-2010, 129 casos (25,1%). Já no Uruguai, temos 154 casos: 68 casos na legislatura de 2000-2005 (68,8% da Câmara) e 86 casos na legislatura de 2005-2010 (86,87% na Câmara). Cabe a ressalva de que a amostra brasileira é limitada, ainda que proporcional à representação dos partidos na Câmara. Por essa razão, ela representa a si mesma e não pode ser generalizada como padrão de toda a Elite Parlamentar do período em análise.

Os dados foram coletados através de um questionário, utilizamos como base para a seleção das variáveis o aporte dos referenciais teóricos já descritos, sendo as questões centrais as que dizem respeito à democracia enquanto um valor e também as referentes à confiança nos processos eleitorais e nas instituições (Poder Judiciário, Partidos, Entidades Empresariais, Sindicatos, Forças Armadas, Igreja Católica, Congresso, Presidência, Funcionários Públicos, Meios de Comunicação e Polícia).

Para realizar nosso objetivo específico, identificar se existe alguma relação entre os resultados das variáveis supracitadas e a ideologia dos parlamentares, separamos os respondentes em

categorias: direita/centro/esquerda no Brasil⁶ e Centro/Esquerda no Uruguai⁷, o fizemos inspirados na categorização que a literatura faz sobre os partidos dos respondentes (Marenco e Serna, 2007; Rodrigues, 2002)⁸

3. Resultados

Os dados foram organizados levando em conta a divisão básica sugerida pela literatura de que a relação que os cidadãos estabelecem com os regimes democráticos deve ser analisada segundo as diferentes dimensões desse fenômeno. Utilizando o aporte de Pipa Norris (Norris, 2005 apud Margalli, 2008), já citado neste trabalho, apresentaremos dados atinentes a três das cinco dimensões que a autora propõe: 2) os princípios do regime democrático (apoio a democracia como um ideal); 3) o funcionamento do regime político (o desempenho da democracia na prática); e 4) as instituições políticas (a confiança no governo e na administração pública).

3.1 Valores democráticos: a dimensão da democracia como um ideal

Inspirados em Margalli (2008), utilizamos as seguintes variáveis para entender o posicionamento dos Parlamentares no que se refere

6. Na categorização realizada neste artigo a direita no Brasil é composta pelo Democratas (DEM) - que foi também Partido da Frente Liberal (PFL) -, Partido Liberal (PL), Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já o centro conta com seis partidos: Partido Verde (PV), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Popular Socialista (PPS) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O bloco de esquerda é composto pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).
7. No Uruguai, seguimos a categorização de Marenco e Serna (2007), na qual o Partido Colorado e o Partido Nacional compõem o bloco de centro, e o de esquerda é o Frente Amplio. Tais autores ressaltam que os partidos Colorado e Nacional são conhecidos também como partidos tradicionais, com diversas tendências políticas no interior, desde o centro até posições mais conservadoras, por isso eles convencionaram categorizá-los como centro.
8. Nessa categorização, excluímos oito respondentes: no Uruguai, três do Nuevo Espacio e um do Partido Independiente; e no Brasil, quatro de “outros partidos”. Essa escolha se deu pela dificuldade de categorizar esses partidos.

à dimensão valorativa do regime democrático: a) a primeira consistia em pedir ao parlamentar para manifestar concordância com uma das seguintes frases: “A Democracia é sempre a melhor forma de Governo” ou “Em contextos de crises econômicas e instabilidade política, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático” e b) a segunda, consistia em pedir ao parlamentar para manifestar concordância (concorda fortemente, concorda, concorda pouco, discorda) com a afirmação “As eleições são sempre o melhor meio para expressar determinadas preferências políticas”.

No que tange à primeira questão, quando questionados diretamente sobre a possibilidade de suspender a democracia em uma situação hipotética de crise econômica e instabilidade política, a maioria esmagadora dos Parlamentares concorda que a democracia é sempre a melhor opção: 98,1% no Brasil e 99,4% no Uruguai. Essa unanimidade mostra que os Parlamentares têm uma alta adesão à democracia como valor. É interessante perceber que nem sempre a adesão é tão forte. Quando essa questão foi feita para os cidadãos comuns brasileiros⁹, por exemplo, a adesão incondicional à democracia foi escolhida por 65,9% dos respondentes (Martins e Borges, 2013).

No que se refere à segunda questão, sobre as Eleições, em ambos os países, 76% dos respondentes “concorda fortemente” que elas são sempre o melhor meio para expressar determinadas preferências políticas. Quando somamos a categoria “concorda”, o percentual seria de 98,1% no Brasil e 96,1% no Uruguai¹⁰. Assim, evidencia-se que em ambos os países há um forte apoio à democracia enquanto um ideal.

3.2 Valores democráticos: avaliação do funcionamento do regime

Na sessão anterior, analisamos a adesão dos parlamentares a valores que diziam respeito ao regime democrático na sua dimensão normativa. Nesta sessão utilizaremos duas variáveis para expor como

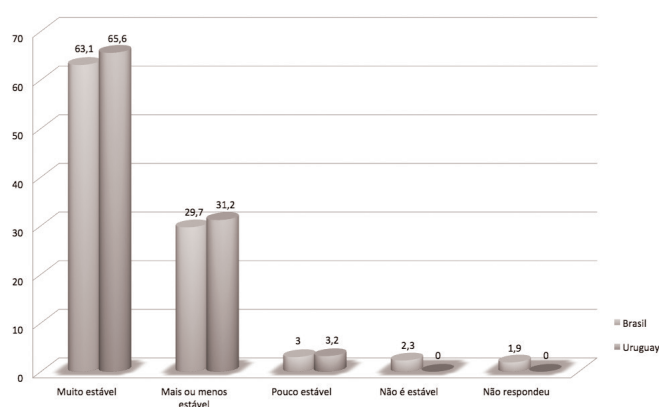
9. As autoras utilizaram dados referentes ao Barômetro das Américas de 2012 e cabe a ressalva de que a pergunta utilizada neste questionário inclui ainda a opção “tanto faz um regime democrático ou um não democrático”.

10. Pelo resultado das duas primeiras variáveis em ser tão homogêneo, não iremos testar se existem diferenças dependendo da ideologia.

os respondentes avaliam o desempenho efetivo da democracia: a) estabilidade da democracia e b) confiança nos processos eleitorais.

Utilizando desta pergunta, “Para começar, falemos da estabilidade da democracia no Brasil/Uruguai. Na opinião do(a) sr.(a), a democracia no Brasil/Uruguai hoje é: muito estável, mais ou menos estável, pouco estável ou não é estável?” obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 1 – Opinião dos parlamentares sobre estabilidade democrática no Brasil e Uruguai



Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares na América Latina

No que tange à percepção dos agentes acerca da estabilidade da democracia, podemos ver que os dados são similares nas duas nações, com a maior parte dos parlamentares categorizando suas respectivas nações como estáveis democraticamente. A categoria intermediária também somou um percentual razoável no Brasil (29,7%) e no Uruguai (31,2%).

Os entrevistados foram questionados também a respeito da confiança que depositavam nos processos eleitorais:

Tabela 1 – Confiança nos processos eleitorais

BRASIL		URUGUAI	
N	Média	N	Média
263	3,84	150	4,72

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares na América Latina

Os parlamentares tinham que escolher sua posição em uma escala de 1 a 5, em que o 1 é confiança mínima e o 5 a confiança máxima. Segundo a tabela acima, podemos perceber que a confiança entre os uruguaios é mais consistente que a dos brasileiros, tendo quase um ponto de diferença na média.

Comparando com os achados anteriores, verifica-se que, para além de uma valorização de ordem normativa, há também uma adesão democrática em sua ordem prática. Os dados mostram-se muito similares em ambos os países, mas cabe lembrar os dados da sessão anterior nos quais houve respondentes brasileiros que em contextos de crise econômica e política apoiariam o retorno de um governo autoritário, como também apresentam menor confiança em processos eleitorais. Ou seja, ainda que pequena, há uma diferença na intensidade em que os brasileiros aderem a democracia tanto em sua dimensão valorativa quanto na prática.

3.2.1 Avaliação do funcionamento do regime segundo ideologia

Posto este quadro generalizado a respeito da adesão à democracia em ambos os países, na sequência, com intuito de explorar nossa hipótese, testamos se a percepção dos parlamentares a respeito da estabilidade da democracia variava dependendo de sua ideologia:

Tabela 2 – Estabilidade da democracia por ideologia

		BRASIL			URUGUAI	
		D	C	E	C	E
Não é estável	%	4.0%	2.1%	.0%	-	-
Pouco estável	%	4.0%	2.1%	3.4%	.0%	6.5%
Mais ou menos estável	%	30.0%	27.1%	34.5%	20.5%	42.9%
Muito estável	%	62.0%	68.7%	62.1%	79.5%	50.6%
Total	N	100	96	58	73	77
	%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares na América Latina

Como podemos observar na tabela acima, no Brasil a relação entre essas duas variáveis não foi relevante (sig 0,648), havendo percentuais bastante similares entre os respondentes de direita,

centro e esquerda. Já no Uruguai, tivemos uma relação significativa (sig 0,00) com Coeficiente de Spearman $-0,313$, o que indica que essa relação tem uma força razoável em direção oposta: a categoria “muito estável” nos mostra que se o parlamentar for de esquerda ele tende a ver menor estabilidade no regime, e se for de centro, maior. Ou seja, quando segmentamos a análise em ideologia, apenas o caso uruguaio apresenta distinções relevantes. Ainda que não esteja no escopo deste trabalho, uma possível explicação para esse dado é o fato dos partidos de centro serem os principais atores do cenário político uruguaio desde o final do século XIX. Sendo assim é mais provável que eles tendam a perceber a democracia, que eles mesmos construíram, como muito sólida.

Tabela 3- Confiança nos processos eleitorais por ideologia

	BRASIL		URUGUAI	
	N	Média	N	Média
Direita	100	3,96	0	0
Centro	99	3,94	73	4,9
Esquerda	60	3,58	77	4,53
Total	259		150	

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares na América Latina

No que se refere à confiança nos processos eleitorais segundo a ideologia, podemos perceber uma tendência similar de haver uma visão mais pessimista sobre os processos eleitorais entre os parlamentares de esquerda, uma vez que nas duas nações as médias são menores entre esses parlamentares. No Brasil, como já visto anteriormente, a confiança nos processos eleitorais tende a ser menor do que a encontrada no caso uruguaio, ainda que com diferenças percentuais discretas.

3.3 Valores democráticos: a confiança nas instituições

Por último, nesta seção iremos abordar a quarta dimensão dentre as especificadas por Pipa Norris (2005): a das instituições políticas. A variável central desta sessão será o grau de confiança

(muita, mais ou menos, pouca ou nenhuma) que os entrevistados declararam depositar nas instituições¹¹. Em um primeiro momento, apresentaremos os dados de todos os parlamentares agregados e na sequência, em consonância com nossa hipótese, dividiremos os parlamentares de cada país por ideologia e compararemos os dados.

No que tange à primeira parte, dentre as instituições políticas tivemos os seguintes resultados:

- a) Poder Judiciário: há predominância da categoria intermediária “mais ou menos”, com 58,2% nas duas nações. No entanto, a confiança nessa instituição é um pouco maior no Uruguai, uma vez que 30% dos parlamentares apontaram que têm “muita” confiança, enquanto no Brasil 17,6% deram essa resposta;
- b) Congresso: A maioria escolheu a categoria intermediária, com 57,9% dos respondentes brasileiros e 58,4% dos uruguaios. Na categoria “muita” confiança o percentual é de 35,1% no Uruguai e de 23,4% no Brasil, dados similares aos encontrados sobre o Poder Judiciário. Os que declararam ter “pouca” foram, respectivamente, 6,5% e 16,1%. É interessante pontuar que no Brasil 2,7% declararam não ter “nenhuma” confiança no Congresso;
- c) Presidência: A confiança na Presidência é relativamente alta. No Brasil, 35,1% dos respondentes apontaram ter “muita” confiança, e no Uruguai 47,4%.
- d) Dentre as Instituições Cíveis tivemos os seguintes resultados:
- e) Meios de Comunicação: Na categoria “muita” tivemos 8,8% dos respondentes brasileiros e 11% dos uruguaios. A categoria intermediária concentrou a maioria das respostas com 40,6% dos brasileiros e 51,3% dos uruguaios. Novamente, no extremo de “nenhuma” confiança, o percentual do Brasil é 17,2% enquanto o do Uruguai é 3,2%;
- f) Entidades empresariais: A tendência também foi responder “mais ou menos” com 58,1% no Brasil e 54,2% no Uruguai. Entretanto, no primeiro país 15% dos Parlamentares têm “muita” confiança no empresariado, enquanto a metade desse

11. Nas questões de confiança nas instituições excluíam os agentes que não responderam e os que responderam que não sabiam.

percentual assinalou essa opção entre os uruguaiois (7,2%). Ainda que fuja do escopo deste trabalho, poderia vir a ser interessante analisar a ocupação que estes parlamentares ocupam e, quem sabe assim, entender por que há essa distinção entre os países;

- g) Sindicatos: Essas instituições gozam de níveis de confiança parecidos nos dois países: 10,4% dos brasileiros e 9,2% dos uruguaiois declaram ter “muita” confiança (32,7%) e afirmaram ter “pouca” (34%). A categoria intermediária “mais ou menos” soma 43,1 % no primeiro país e 52,9% no segundo. A categoria que deu uma discrepância interessante foi a que apontava não ter “nenhuma” confiança: enquanto no Uruguai este extremo somava 3,9%, no Brasil o percentual era de 13,8%, quase quatro vezes mais. Como veremos na sequência, a confiança nessa instituição tem uma relação forte com a ideologia nos dois países;
- h) Igreja Católica: os níveis de confiança são bem diferenciados nos dois países. Enquanto 35,3% dos Parlamentares brasileiros apontaram ter “muita” confiança na instituição, somente 7,9% dos uruguaiois disse o mesmo. A categoria intermediária se assemelha nos dois países, já a categoria “pouca” temos a relação inversa da categoria “muita” com 17,1% dos brasileiros e 40,4% dos uruguaiois escolhendo-a¹².

Dentre as Instituições Administrativas tivemos os seguintes resultados:

- a) Funcionários Públicos: Quando o tema é o funcionalismo público, percebemos um nível diferenciado de confiança nas duas nações no qual os uruguaiois demonstram níveis menores que os brasileiros. Enquanto no Brasil 20,5% dos

12. Cabe aqui um pequeno parêntese para comentar que a “falta de confiança” na Igreja Católica é resultado de uma relação muito diferente com a religião nos dois países. Os percentuais de parlamentares que responderam que professam alguma religião é um bom exemplo disso: enquanto no Brasil somente 10,2% dos respondentes declararam não ter religião, no Uruguai essa resposta foi dada por 43,5 % dos respondentes. Nos dois países a religião mais citada era o catolicismo somando 67,6 % dos brasileiros e 40,3% dos uruguaiois. No Brasil, há ainda 12,9% de parlamentares que se declararam evangélicos.

respondentes dizem ter “muita” confiança, somente 4,6% dos Parlamentares uruguaios dizem o mesmo. Na categoria intermediária, o percentual do Brasil é 62,5%, enquanto o do Uruguai é 47,7%. A grande diferença está na categoria “pouca” que foi apontada por 43% dos Parlamentares uruguaios e por somente 14,3% dos Parlamentares brasileiros. A categoria “nenhuma” pela primeira vez é apontada mais vezes pelos uruguaios com 4,6%, enquanto no Brasil é escolhida por 2,7%. Para entender esta diferença na confiança da instituição administrativa em questão, pode vir a ser interessante, em pesquisas futuras, uma investigação profunda sobre a relação do funcionalismo com a formação dos parlamentares;

- b) Polícia: As categorias extremas indicam que existe uma tendência a não confiar nessa instituição. A categoria “muita confiança” tem percentuais semelhantes nos dois países: 5,4% no Brasil e 6,6% no Uruguai. Pela primeira vez a categoria “mais ou menos” e “pouca” têm percentuais aproximados: a primeira foi apontada por 39,5% dos brasileiros, e 41,7% dos uruguaios. Já a segunda categoria foi apontada por 37,5% dos brasileiros e 49% dos uruguaios.

Para comparar esses níveis de confiança nas duas nações, primeiramente usamos resíduos padronizados¹³. Utilizamos esse recurso para todas as instituições analisadas. No entanto, somente duas destas tiveram resultados interessantes na maioria das categorias: os Partidos e as Forças Armadas.

13. “A análise de resíduos padronizados só pode ser feita quando a relação é significativa (sig 0,05), ela se refere aos valores que sobram quando a distribuição não é aleatória na relação o observado e o esperado. Ao se estabelecer 95% de intervalo de confiança, essas chances de ocorrência são de $\pm 2,5\%$. Elas servem de pontos de corte para o nível de significância de falta ou excesso de ocorrência entre as variáveis. Assim, ela permite distinguir as relações de ocorrências casuais das não casuais. Como o valor na tabela para o intervalo de confiança de 95% é de 1,96, pode-se considerar que valores de resíduos padronizados acima de +1,96 ou abaixo de -1,96 apresentam excessos de casos, sendo, portanto, causas das relações não aleatórias apontadas pelo qui-quadrado” (Cervi, 2011).

Tabela 4 - Confiança nos partidos e forças armadas

		Partidos		Forças Armadas	
		BRASIL	URUGUAI	BRASIL	URUGUAI
Nenhuma	%	6,20%	0,00%	1,20%	5,90%
	R	1,8	-2,4	-1,7	2,2
Pouca	%	41,9	7,30%	8,9%	42,50%
	R	3,8	-5,0	-4,5	5,9
Mais ou Menos	%	46,90%	60,90%	43,50%	46,40%
	R	-1,1	1,5	-0,3	0,3
Muita	%	5,00%	31,80%	47,30%	5,20%
	R	-4,1	5,4	4,5	-5,8
Total	N	260	151	260	153
	%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares na América Latina

Seguindo a tendência geral das respostas, a maioria dos respondentes escolhe a categoria intermediária, no nosso caso “mais ou menos”. No entanto, ao analisarmos as categorias “pouca” e “muita” percebemos praticamente uma relação inversa na confiança nos Partidos e Forças Armadas em cada país.

No caso das Forças Armadas, 47,3% dos Parlamentares brasileiros declararam ter “muita confiança” nessa instituição, contando com um resíduo padronizado (R) de 4,5, medida esta que denota concentração de respondentes nessa categoria. Em contrapartida, somente 5,2% dos uruguaios escolheram essa mesma categoria, apresentando um R de 5,8 negativo, o que denota ausência de respostas nessa categoria, que é compensada pelos 42,5% que optaram pela categoria “pouca confiança”, com R 5,9 positivo.

Em síntese, existe uma tendência entre os parlamentares uruguaios de confiar menos nas Forças Armadas em comparação a dos brasileiros de confiar mais. Deixamos como hipótese a ser testada em trabalhos futuros, se esses níveis de confiança tão diferentes relativos às Forças Armadas podem ser associados a algumas diferenças do regime ditatorial e a transição para a democracia nos dois países.

No Brasil, fatores como o bom desempenho econômico alcançado durante parte do regime autoritário, a manutenção do funcionamento do congresso (ainda que com restrições), a existência de partidos políticos (ainda que com restrições) e o protagonismo dos militares durante a transição - lenta e gradual - podem ter influenciado uma visão generalizada de que as Forças Armadas não sejam exatamente uma ameaça. Já no Uruguai, o desempenho econômico do regime militar não foi notável, o congresso foi fechado, foram mantidos na ilegalidade partidos que tinham enraizamento profundo na sociedade e a transição foi predominantemente um processo de negociação entre militares e os atores que haviam sido deixados de fora da cena política durante a ditadura.

Os fatores supracitados podem ter influenciado a cultura política brasileira e uruguaia, transformando as Forças Armadas em uma instituição menos digna de suspeitas no primeiro país e menos digna de confiança no segundo.

Partindo para os dados referentes aos partidos, a maior parte das respostas se concentrou na categoria intermediária, mas há altos resíduos padronizados (R) nas categorias “muita” e “pouca” confiança. Um percentual de 41,9% de Parlamentares brasileiros apontou ter “pouca” confiança nos partidos, com R 3,8 positivo; em contrapartida, somente 7,3% dos parlamentares uruguaioes escolheram essa categoria, com R 5,0 negativo, confirmando a baixa concentração de respostas nessa categoria. Na categoria “muita”, vemos a relação inversa: somente 5% dos brasileiros a escolheram, contra 31,8% dos uruguaioes, ambos com resíduos padronizados relevantes.

Essa desconfiança nos partidos brasileiros e alta confiança nos partidos uruguaioes também são encontradas entre alguns analistas. Autores como Mainwaring e Scully (1995)¹⁴ ao analisarem, no

14. Apesar de não estar no escopo deste trabalho, vale ressaltar que essa é uma discussão extremamente fecunda na literatura e pode ser sintetizada em duas principais frentes: por um lado temos os “brasilianistas”, autores como Mainwaring, Scully e Shugart, que criticaram o sistema de partidos e as normas eleitorais brasileiras, por oferecem vínculos diretos com os eleitores em detrimento dos partidos, o que segundo suas previsões implicariam em dificuldades para aprovar a agenda do Executivo e geraria dificuldades de Governabilidade. Em contrapartida temos autores brasileiros como Figueiredo, Limongi e Meneguello, que se opõem aos primeiros autores e focam nas normas institucionais e as estruturas de centralização do Poder no âmbito Legislativo e Executivo. Eles apontam que existe disciplina partidária na Câmara dos Deputados e que dois

começo de 1990, a institucionalização dos partidos de doze países da América Latina (a partir de critérios como a regularidade da competição, o enraizamento dos partidos na sociedade, a legitimidade dos partidos e as eleições e a organização partidária sólida) categorizaram o Uruguai como um sistema altamente institucionalizado (ficando “atrás” somente de Costa Rica e Chile) e o Brasil¹⁵ como penúltimo, com uma institucionalização baixa e em situação “melhor” apenas que o Peru.

3.3.1 A confiança nas instituições segundo a ideologia

A fim de testar nossa hipótese de que os valores, ou mais especificamente a confiança nas instituições, estão relacionados com a ideologia dos parlamentares, primeiramente criamos um índice de confiança para cada uma das instituições que compõem as seguintes categorias gerais: Administrativas, Cíveis e Políticas¹⁶, com o intuito de perceber se o cruzamento entre um “tipo” de Instituição e ideologia poderia ser significativo.

fatores influenciam nela: As variáveis institucionais internas do processo de tomada de decisões (distribuição do Poder) e os Poderes Institucionais Legislativos e não Legislativos que o presidente possui (Alston, 2011).

15. Pensando especificamente na continuidade e enraizamento do sistema Partidário na população, vale pontuar que o Brasil passou por sete rupturas do Império até hoje: a) durante a maior parte do Império houve dois partidos (1830-1889); b) Durante a República Velha havia uma lógica de partido único, mas com revezamentos com líderes de diferentes estados (1890-1930); c) Democracia multipartidária (1930-1937); d) Uma democracia multipartidária (1946- 1964); e) Dois partidos em um sistema de partidos hegemônico do Regime Militar (1966- 1979); f) Um período transicional que começou com a ideia de que múltiplos partidos competiriam sob a tutela do regime autoritário, mas efetivamente manteve-se o bipartidarismo na maioria dos estados (1979 -1984); e g) Um retorno a uma democracia multipartidária (1985-até hoje). (Mainwaring, 1996). Já o Uruguai, com exceção dos dois períodos autoritários (1933-1942 e 1973-1984) manteve seu sistema bipartidário na maior parte do tempo, e atualmente funciona como um sistema Multipartidário Bipolar com a disputa concentrada entre o bloco dos partidos tradicionais e do outro lado a coalizão mais progressista.
16. Lembrando que a divisão entre as Instituições se deu da seguinte maneira a) Cíveis: Igreja, Meios de Comunicação, Entidades Empresariais e Sindicatos; b) Administrativas: Funcionários Públicos, Polícia, Forças Armadas/Exército; c) Políticas Formais: Presidência, Parlamento, Poder Judiciário, Partidos Políticos.

No Brasil, a relação entre a ideologia dos parlamentares e as instituições civis e políticas não se mostrou significativa. Entre ideologia e as instituições administrativas, sim, com sig 0,000 e coeficiente de Spearman -0,146. Esse dado significa que existe uma relação entre ideologia e a confiança nas instituições administrativas, ainda que não muito forte. Com os resíduos padronizados (R) foi possível aferir que há uma ausência de respondentes de esquerda na categoria “muita confiança” (R:- 2,9): Enquanto 34,7% dos Parlamentares de direita e 34% dos de centro apresentaram muita confiança nas instituições dessa categoria, somente 8,5% dos parlamentares de esquerda declararam o mesmo.

Uma vez feito esse panorama geral por categorias, partimos para a análise de caso a caso e pudemos aferir que a relação não foi significativa com as seguintes instituições: a Igreja, os Meios de Comunicação, os Funcionários Públicos, o Parlamento, o Poder Judiciário e os Partidos Políticos. Em contrapartida, a confiança em cinco instituições tiveram relações significativas: as Entidades Empresariais (sig 0,00), os Sindicatos (sig 0,00), a Polícia (sig 0,037), as Forças Armadas (sig 0,00) e a Presidência (sig 0,00). Na tabela abaixo podemos observar alguns resultados:

Tabela 5 - Confiança instituições por ideologia: Brasil

		<i>Sindicatos</i>			<i>Presidência</i>			<i>Empresários</i>		
		<i>D</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>D</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>D</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
Nenhuma	%	21.2%	13.4%	1.7%	8.2%	9.2%	.0%	1.0%	2.1%	11.7%
	R	2.0	.0	-2.5	.6	1.0	-2.0	-1.5	-.9	3.0
Pouca	%	44.4%	32.0%	16.7%	15.5%	17.3%	10.0%	17.2%	18.6%	40.0%
	R	1.9	-.2	-2.2	.1	.6	-1.0	-1.2	-.9	2.7
Mais ou menos	%	29.3%	44.3%	61.6%	50.5%	48.0%	23.3%	59.6%	63.8%	46.6%
	R	-2.0	.3	2.3	1.1	.7	-2.3	.2	.7	-1.2
Muita	%	5.1%	10.3%	20.0%	25.8%	25.5%	66.7%	22.2%	15.5%	1.7%
	R	-1.7	.0	2.3	-1.6	-1.6	4.1	1.9	.2	-2.6
Total	N	99	97	60	99	97	60	99	97	60
	%	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares na América Latina

A instituição que apresentou a relação mais forte entre a confiança e a ideologia dos parlamentares foi os Sindicatos, apresentando um Coeficiente de Spearman de 0,368 e resíduos padronizados relevantes em quase todas as categorias da direita e esquerda. Como podemos ver na tabela acima, enquanto os parlamentares de direita não têm “nenhuma” (21,2%) ou “pouca” (44,4%) confiança nessas instituições, os de esquerda optaram predominantemente pela categoria intermediária (61,7%) e a de “muita” confiança (20%). No caso do centro podemos ver um percentual de adesão que realmente fica no meio das posições mais marcadas das outras duas ideologias. Esse dado é muito importante na confirmação de nossa hipótese, uma vez que demonstra claramente um padrão distinto dependendo da ideologia do parlamentar, na sequência o exploraremos melhor, relacionando os resultados do Brasil e Uruguai.

No que se refere às Entidades Empresariais o Coeficiente de Spearman foi de - 0,308, e também tivemos resíduos padronizados relevantes, em especial entre os parlamentares de esquerda. Novamente, a maior parte das respostas se concentram na categoria intermediária. Na categoria “muito” e “pouco” vemos relações inversas. Os parlamentares de direita confiam mais ou menos (59,6%) e muito (22,2%) e os parlamentares de centro apresentam opiniões similares. Já os de esquerda confiam mais ou menos (46,7%) e pouco (40%). É relevante salientar que 11,7% dos respondentes de esquerda declararam ter nenhuma confiança nessas instituições. Conforme observamos em relação aos sindicatos, verifica-se que a variável ideologia é novamente fator chave na confiança institucional no país em questão.

No caso da Presidência, temos um coeficiente de Spearman 0,254. Pudemos encontrar também altos resíduos padronizados na categoria “muita”, escolhida por 66,7% dos respondentes de esquerda contra 25,8% dos de direita e 25,5% dos de centro. Tendo em vista que nosso bloco de esquerda conta com sessenta parlamentares e, desses, quarenta e sete são do PT e outros quatro do PCdoB, que em 2002 era parte da coligação Lula Presidente, diríamos que a explicação mais plausível para essa diferença tão grande provavelmente é a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para o cargo, o primeiro candidato de esquerda eleito no período democrático.

Tabela 6 - Confiança instituições por ideologia: Brasil

		Forças Armadas			Polícia		
		D	C	E	D	C	E
Nenhuma	%	1.0%	1.0%	1.7%	18.2%	13.3%	23.3%
	R	-.1	-.1	.4	.2	-1.0	1.1
Pouca	%	6.1%	3.1%	20.0%	33.4%	33.7%	50.0%
	R	-.7	-1.8	3.2	-.7	-.6	1.6
Mais ou menos	%	39.8%	39.8%	58.3%	44.4%	44.8%	25.0%
	R	-.6	-.6	1.7	.7	.8	-1.8
Muita	%	53.1%	56.1%	20.0%	4.0%	8.2%	1.7%
	R	1.0	1.4	-3.0	-.5	1.4	-1.2
Total	N	98	98	60	99	98	60
	%	100	100	100	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares na América Latina

No que tange às Forças Armadas (Coeficiente de Spearman: -0,231) podemos ver uma tendência de grande confiança entre os de centro (56,1%) e os de direita (53,1%) e de média confiança entre os de esquerda (58,3%). Coerentemente, na categoria “pouca confiança” enquanto os Parlamentares de centro apresentam 3,1% e os de direita 6,1%, os de esquerda somam 20%, com resíduo padronizado de 3,2, expressando uma concentração de respostas.

Com um Coeficiente de Spearman de -0,111, menor que o das outras relações, temos a última instituição com relação significativa entre confiança e ideologia: a Polícia. Apesar de não apresentar nenhum resíduo padronizado, podemos ver uma tendência maior dos parlamentares de esquerda em desconfiarem uma vez que 50% desses declararam ter pouca confiança, ao passo que a maior parte dos parlamentares de centro e direita declarou ter média confiança, 44,9% e 44,4% respectivamente.

No Uruguai, quando rodamos os índices de confiança entre os três tipos de instituições (Civis, Políticas e Administrativas) e ideologia não houve nenhuma relação significativa. Ao analisarmos instituição a instituição, identificamos que não houve relação significativa nas seguintes instituições: Poder Judiciário, Congresso, Presidência, Funcionários Públicos e Igreja Católica.

No entanto, seis instituições tiveram relações significativas: Entidades Empresariais (sig 0,000), os Sindicatos (sig 0,000), a Polícia (sig 0,002), as Forças Armadas (sig 0,000), Partidos (sig 0,020) e Meios de Comunicação (0,000). Sendo as quatro primeiras as mesmas que apareceram no caso brasileiro.

Tabela 7 - Confiança instituições por ideologia: Uruguai

		<i>Sindicatos</i>		<i>Forças Armadas</i>		<i>Empresários</i>	
		<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
Nenhuma	%	8.2%	.0%	1.4%	9.2%	.0%	5.3%
	R	1.8	-1.7	-1.5	1.4	-1.4	1.4
Pouca	%	52.1%	17.1%	27.4%	57.9%	20.5%	51.3%
	R	2.6	-2.6	-2.0	2.0	-2.2	2.2
Mais ou menos	%	37.0%	67.1%	63.0%	30.3%	68.5%	39.5%
	R	-1.8	1.8	2.1	-2.1	1.7	-1.7
Muita	%	2.7%	15.8%	8.2%	2.6%	11.0%	3.9%
	R	-1.9	1.8	1.1	-1.0	1.1	-1.1
Total	N	73	76	73	76	73	76
	%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares na América Latina

Como no Brasil, os Sindicatos foram os que apresentaram relação mais forte entre confiança e ideologia. No entanto, a relação foi mais forte no Uruguai, com um coeficiente de Spearman de 0,466, denotando uma relação forte na mesma direção. Como podemos ver na tabela acima, é notável a diferença no nível da confiança dependendo da ideologia do parlamentar. Enquanto 52,1% dos parlamentares de centro apontam ter “pouca”, apenas 17,1% dos de esquerda dizem o mesmo, tendo a maioria optado pela confiança intermediária (67,1%). Como podemos ver na tabela acima, a categoria “pouca” gerou resíduos padronizados interessantes com sinais inversos.

As Forças Armadas, por sua vez, foram a instituição com o segundo maior Coeficiente de Spearman de -0,391, o que implica uma relação forte em direções opostas, isto é, quanto mais de uma ideologia, menor a confiança e vice-versa. Também gerando resíduos padronizados relevantes, podemos ver a tendência de os

parlamentares de esquerda confiarem pouco (57,9%), enquanto os parlamentares de centro tendem a ter uma confiança média (63%).

As Entidades Empresariais, como no Brasil, foram as que tiveram a terceira relação mais forte entre confiança e ideologia, com Coeficiente de Spearman $-0,376$, que representa uma relação forte em direções opostas: quanto menos à esquerda, maior a confiança. Há uma tendência entre os parlamentares de esquerda de confiarem pouco nessas entidades (51,3%). Por outro lado, a maioria dos parlamentares de centro optam pela categoria que denota uma confiança média (68,5%). Foi possível aferir resíduos padronizados na categoria “pouca”.

Tabela 8 - Confiança instituições por ideologia: Uruguai

		Meios de Comunicação		Polícia		Partidos	
		C	E	C	E	C	E
Nenhuma	%	.0%	6.5%	2.8%	2.7%	0	0
	R	-1.6	1.5	.0	.0	0	0
Pouca	%	20.5%	48.1%	34.7%	62.7%	5.5%	9.5%
	R	-2.0	2.0	-1.7	1.7	-.6	.6
Mais ou menos	%	63.0%	39.0%	50.0%	33.3%	47.9%	71.6%
	R	1.5	-1.4	1.1	-1.1	-1.3	1.3
Muita	%	16.4%	6.5%	12.5%	1.3%	46.6%	18.9%
	R	1.3	-1.3	1.9	-1.8	2.1	-2.1
Total	N	73	77	72	75	73	74
	%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Elites Parlamentares na América Latina

A relação entre meios de comunicação e confiança também foi fecunda no Uruguai, com um Coeficiente de Spearman de $-0,358$, o que indica que a confiança é maior em uma ideologia e menor na outra. A tendência é que os parlamentares de centro tenham uma confiança média (63%) e os de esquerda, pouca confiança (48,1%).

Como no Brasil, a Polícia teve a quinta relação mais forte entre confiança e ideologia. Novamente a força da relação no Uruguai é muito superior com Coeficiente de Spearman de $-0,293$, sendo o sinal negativo um indicador que as direções da confiança são opostas: os parlamentares

de centro tendem a confiar mais e os de esquerda, menos. Podemos ver isso especificamente na categoria “pouca confiança”, a qual foi escolhida por 34,7% dos respondentes de centro e por 62,7% dos de esquerda.

Os partidos também tiveram uma relação significativa, ainda que com Coeficiente de Spearman mais baixo que o das outras relações (- 0,283). Pudemos ver que a confiança entre os parlamentares de centro é dividida similarmente entre a categoria média (47,9%) e “muita” (46,6%). Entre os parlamentares de esquerda, a confiança tende a ser menor uma vez que 71,6% escolheu a categoria “intermediária” e 18,9% a categoria “muita”. Essa menor confiança entre os parlamentares de esquerda provavelmente pode ser associada ao fato de o Bloco de Centro ser composto pelos partidos tradicionais, forças políticas consolidadas desde o século XIX e de que o *Frente Amplio* surgiu exatamente para se contrapor e dar novo fôlego ao cenário político. Nesse sentido, pode ser que esses parlamentares sejam mais reticentes em depositar confiança na categoria “partidos” e prefiram confiar no *Frente Amplio*.

Gostaríamos de terminar concentrando nossos esforços analíticos em duas instituições que apareceram com forças interessantes nos dois contextos: os Sindicatos e as Entidades Empresariais.

Não foi ao acaso que os sindicatos foram as instituições com a correlação mais forte nos dois países (Coeficiente de Spearman no Brasil de 0,368 e no Uruguai 0,466) com dados similares segundo os quais o bloco de esquerda tende a confiar mais e o centro e a direita, menos.

Apesar de o Sindicalismo ter tido alguns desdobramentos diferentes nas duas nações, Moreira (2000) salienta que os dois casos têm destaque na América Latina, no sentido de serem relativamente autônomos, ativos e com vínculos orgânicos com os partidos de esquerda. Vínculo este que a autora salienta ter sido decisivo, tanto no Brasil quanto no Uruguai, na consolidação de um partido de esquerda que: “transcendesse a sua condição de pequeno partido ideológico, para se consolidar como ‘partido de massa’.” (Moreira, 2000, p. 25).

No caso brasileiro, a identidade do PT (que como mencionamos anteriormente configura maioria no nosso bloco de esquerda) evidentemente está estreitamente ligada ao sindicalismo, uma vez que a organização partidária surgiu predominantemente da organização sindical de operários paulistas. No entanto, a autora ressalta que no caso uruguaio o sindicalismo, ao lado dos partidos ideológicos anteriores (Partido

Socialista e Comunista) e os dissidentes dos partidos Tradicionais foram uma das forças fundamentais para o sucesso da *Frente Amplio*. Tendo em vista o papel fundamental dessas instituições na formação e consolidação dos partidos de esquerda, a tendência a maior confiança entre os parlamentares dessa ideologia faz muito sentido.

As entidades empresariais, por sua vez, com o segundo maior coeficiente no Brasil e o terceiro no Uruguai (Coeficiente de Spearman de -0,308 no Uruguai -0,376), tiveram resultados similares nos dois contextos: os parlamentares de esquerda tendem a confiar pouco e os de centro e direita, medianamente. Poderíamos dizer, para além da máxima de que os princípios da esquerda são contra “o capital”, que essa diferença provavelmente se dá pelo fato de os partidos de direita e centro terem em suas composições um maior número de empresários e também um número superior de parlamentares que participaram de associações de entidades empresariais.

Marenco e Serna (2007), em seu estudo sobre carreiras parlamentares em Brasil, Uruguai e Chile, apontam que no que tange à composição social¹⁷ o mais comum nos dois contextos é ter agentes de profissões tradicionais como direito e medicina. Tais autores encontraram que as profissões vinculadas à organização do capital e à produção (composta por os produtores rurais, os empresários, os diretores de empresas e os comerciantes) nos três países em análise só representavam 18% dos Parlamentares.

Tendo em vista que é uma categoria que não é das mais comuns entre as Elites Parlamentares, é interessante perceber que ela, em geral, é mais recorrente entre os partidos de direita e centro (BR: PFL -29,8%, PPB -42,9%, PMDB -30,1%, PSDB -14,1%; UI: PN -20%, PC -10%) do que nos de esquerda (PT -6,6% / FA -13,2 %).

Tais autores analisaram também os recursos associativistas¹⁸ dos respondentes. Apesar de o associativismo ser mais recorrente entre os parlamentares de esquerda (83,5% dos respondentes do PT /81,1%

17. Nos estudos de Recrutamento Político geralmente essa categoria é medida pela Profissão que o parlamentar exerceu por mais tempo antes de ingressar na Câmara dos Deputados.

18. Os autores definem Recursos Associativos como um tipo de capital social que pode ser encontrado nas trajetórias de acesso ao poder político de dirigentes e representantes partidários, que pode ser entendido como um mecanismo de estabelecimento de redes sociais e organizações de representação coletiva ligada a interesses e questões sociais (Marenco e Serna, 2007, p. 97).

dos respondentes do FA), quando o tipo de associação é empresarial há ausência de parlamentares dessa ideologia. No entanto, especificamente no caso brasileiro, encontramos os seguintes percentuais de participação em associações empresariais: PFL -11,9%; PPB -10,2%; PMDB -10,8%; PSDB -9,9%.

Apesar de esses percentuais parecerem pequenos, vale ressaltar que nesses partidos a regra é não ter recurso associativo (PFL: 64,3%; PPB: 44,9%; PMDB 64,9%; PSDB: 47,9%).

À luz desses dados, sugerimos que existe uma tendência maior de confiança nas entidades empresariais entre os parlamentares de centro e direita por conta da maior presença de empresários em suas fileiras e, especificamente para o caso brasileiro, pela presença destes em associações de empresários.

Considerações finais

Inserido em discussões de grande relevância contemporânea da cultura política latino-americana, o presente trabalho teve como objetivo analisar os valores democráticos das elites parlamentares de Brasil e Uruguai entre 2000 e 2010. Mais especificamente, testamos se estes mesmos valores poderiam ter relação com a ideologia dos partidos dos parlamentares.

Os valores democráticos dos parlamentares foram organizados em duas grandes categorias referentes à: i) dimensão valorativa e ii) dimensão prática da democracia. No que tange à primeira, os dados demonstram que a democracia é defendida pela esmagadora maioria dos parlamentares. Tendo em vista esse resultado homogêneo, nossa hipótese não foi testada nesta dimensão valorativa.

No que se refere à avaliação do funcionamento do regime propriamente dito, notadamente sua dimensão pragmática, uma maioria dos parlamentares, de ambos os países, considerou a democracia estável e os processos eleitorais confiáveis. Para testar nossa hipótese, separamos os respondentes segundo sua ideologia e encontramos que, especificamente, no caso do Uruguai, há diferenças na percepção da estabilidade, havendo uma tendência entre os parlamentares de esquerda de ver a democracia como menos estável que os de centro. Quanto aos processos eleitorais, tanto no Brasil quanto no Uruguai, há maior desconfiança entre os parlamentares de esquerda.

No que tange à confiança institucional, também parte da dimensão prática, em um primeiro momento fizemos um panorama geral, e o grupo de parlamentares tendeu a expressar uma confiança média na maior parte das instituições. Apesar de haver diferenças interessantes nas categorias “pouca confiança” e “muita confiança” relativas às diversas instituições, as Forças Armadas e os Partidos foram as que apresentaram diferenças mais consistentes nas categorias supracitadas, demonstrando uma tendência clara de menor confiança nas Forças Armadas entre os uruguaios e uma menor confiança nos Partidos entre os brasileiros. Posicionamentos que sugerimos ser interpretados à luz dos movimentos históricos da transição democrática e da institucionalização do sistema partidário dos dois países.

Quando testamos nossa hipótese na avaliação das instituições, percebemos diferenças significativas na confiança dos parlamentares em relação aos Sindicatos, às Entidades Empresariais, às Forças Armadas e à Polícia: nos dois países os respondentes de centro e direita tendem a confiar mais nas últimas três instituições, enquanto os de esquerda tendem a confiar menos. A relação se inverte no caso dos Sindicatos, que nos dois contextos tiveram papel fundamental na consolidação dos partidos de esquerda como partidos de massa e não somente ideológicos.

Destarte, ainda que em uma dimensão mais normativa os resultados tenham se mostrado homogêneos entre parlamentares de ambos os países, evidencia-se diferenças interessantes a respeito da adesão democrática em sua dimensão prática, principalmente, quando a análise tem em vista o posicionamento ideológico. Estas diferenças, que representam o posicionamento das classes dirigentes e, que podem ser, em partes, explicados por fatores contextuais de cada país em questão, são peças importantes para apreensão de medidas adotadas em suas atividades parlamentares. Além disso, tais constatações podem vir a auxiliar em meios para um processo de fortalecimento das instituições democráticas.

Referências

- ALCÁNTARA, M. (dir.). (1994-2008). *Base de datos - Proyecto Elites Latinoamericanas* (PELA). Universidad de Salamanca.
- ALMOND, G. A. & VERBA, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations* (reprint 1965). Boston: Little, Brown & Co.

- ALSTON, L. J.; MARCUS, A. M.; MUELLER, B.; PEREIRA, C. (2011). En el camino hacia un buen gobierno: recuperación de impactos económicos y políticos en Brasil. In: *El juego político en América Latina. ¿Cómo se deciden las políticas públicas?* Washington: Ediciones Mayol-BID.
- AVI, S. M.; MARTINS, F. B.; BORGES, J. S. (2012). Satisfação do eleitor em perspectiva comparada nos primeiros mandatos do Governo Lula e Governo Cristina Kirchner. In: *Anais 36º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia*.
- CERVI, E. U. (2011). *Métodos quantitativos aplicados às Ciências Sociais*. Curitiba: Editora UFPR.
- DAHL, R. A. (2012). *Poliarquia*. São Paulo: Edusp.
- DOWNS, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.
- FORCHERI, M. S. (2004). *Reconversão democrática das esquerdas no Cone do Sul: trajetórias e desafios na Argentina, Brasil e Uruguai*. Bauru, SP: EDUSC.
- HARTLYN, J.; VALENZUELA, A. (2009). A democracia na América Latina após 1930. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina – A América Latina após 1930: Economia e Sociedade*. v. VI. São Paulo: Edusp.
- INGLEHART, R. (1989). *Culture Shijit in Advanced Industrial Society*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- MAINWARING, S. (1996). Brasil: Partidos Débiles, Democracia Indolente. In: *La Construcción de Instituciones Democráticas. Sistemas de Partidos en América Latina*. Santiago de Chile: Cieplan, p. 289-325.
- _____.; SCULLY, T. (1995). Introducción: Sistemas de Partidos en América Latina. In: *La Construcción de Instituciones Democráticas. Sistemas de Partidos en América Latina*. Santiago de Chile: Cieplan, p. 1-26.
- MARENCO, A.; SERNA, M. (2007). Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, jun.
- MARGALLI, F. J. M. (2008). *Political Support: un estudio de las elites parlamentarias latinoamericanas*. Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/Elites/PapersELITES/REPLAFelipeMancilla.pdf>>. Acesso em 20/11/2013.
- MARTINS, F. B.; BORGES, J. S. (2013). Opinião pública e transição democrática: uma análise comparada de Brasil e Argentina. In: *Anais do 7º Congresso Latinoamericano de Ciência Política*, Bogotá – CO.
- MOISÉS, J. A. (2010). *Democracia e confiança. Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp.
- MOREIRA, C. (2000). A Esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. *Opinião Pública*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 17-54.

- _____. (2009). La circulación de las elites en el Uruguay. In: *Entre la protesta y el compromiso: la izquierda en el gobierno - Uruguay y América Latina*. Montevideo: Ediciones Trilce.
- OLSON, M. (1999). *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp.
- PERISSINOTTO, R. M.; BRAUNERT, M. B. (2006). A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995/2002). *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1.
- RENNÓ, L. R. (2001). Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opin. Pública* [online], Campinas, v. 7, n. 1, p. 33-59. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762001000100003>>. Acesso em 20/01/2014.
- RODRIGUES, L. M. (2012). *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp.
- SELIOS, L. (2006). Los últimos diez años de la cultura política uruguaya: entre la participación y el desencanto. *América Latina Hoy*, Salamanca, v. 44, p. 63-85.
- WRIGHT MILLS, C. (1985). A elite do poder: militar, econômica e política. In: FERNANDES, H. (org.). *Wright Mills*. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 48).